

PONTO DE CHEGADA

- Os riscos sistêmicos das emergências ecológica e climática constituem a motivação para um período de redefinições nas estruturas estatais e econômicas contemporâneas.
- No estágio atual de conhecimento científico sobre os sistemas de suporte da vida no planeta, não há como manter os padrões de crescimento e consumo.
- Pesquisas recentes apresentam um cenário climático ainda mais drástico para o futuro, indicando a possibilidade de eventos de extinção envolvendo até a manutenção da população humana.
- Artigo publicado na revista PNAS, liderada pela Universidade de Cambridge, propõe o desenvolvimento de uma agenda para enfrentar cenários do ruim ao pior.
- Estes incluem resultados que v\u00e3o desde uma perda de 10% da popula\u00e7\u00e3o global at\u00e9 a eventual extin\u00e7\u00e3o humana.

PONTO DE CHEGADA

- Pedem ao Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) que dedique um relatório futuro às mudanças climáticas catastróficas para estimular a pesquisa e informar o público.
- Vital que tenhamos pesquisas em todas as áreas das mudanças climáticas, incluindo a assustadora realidade de eventos catastróficos.
- > Enfrentamento envolve a participação de todos!
- > Constitucionalismo e as exigências estatais devem ser reposicionados incorporando a proteção e a promoção do meio ambiente.
- Uma nova conformação estatal exige um Estado Ecológico de Direito, que conjugue os ideários liberais e sociais com a dimensão ecológica da pessoa humana e os processos ecológicos essenciais.

PONTO DE CHEGADA

- O Estado tem um dever de se orientar pela precaução nas intervenções ambientais, diretas ou autorizadas, e nos resultados da execução das políticas públicas.
- Estado Ecológico de Direito é uma virada na dimensão ética, reconhecendo a concepção biocêntrica e os direitos da natureza.
- Para tanto, novas concepções ecológicas demandam a implementação do direito à educação ambiental como um vetor para que indivíduos e coletividade construam valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências para a sustentabilidade.
- Dinâmicas e impactos das relações de consumo → sociedade de hiperconsumo, em que a distorção é o consumismo.
- Os níveis de produção e consumo são insustentáveis → consumo sustentável, com a tomada de consciência do consumidor, e, a produção sustentável, evitando práticas como a obsolescência programada.

- Especialista na resolução de demandas ambientais, foi contratado para elaborar um plano de ação com um conjunto de soluções para os desafios e problemas ecológicos do município "X".
- Município em questão atravessa um ciclo de crescimento das atividades industriais. Por consequência, em paralelo com o retorno na geração do número de empregos e da arrecadação tributária, registrou-se um aumento demográfico significativo.
- Expansão econômica e urbana ocorreu sem o devido planejamento territorial, o Município "X" está enfrentando uma série de problemas ambientais.
- ➤ Aumento significativo na geração resíduos sólidos → sem destinação adequada → enchentes e questões de natureza epidemiológica.
- Ausência de uma política municipal para o gerenciamento dos resíduos sólidos, a coleta de resíduos sólidos sem segregação adequada, sem diferenciar produtos orgânicos de inorgânicos.

- Esse fato tem causado problemas tanto no transporte quanto na recusa de recebimento dos resíduos na cidade vizinha, já que o Município "X" não possui aterro próprio.
- A recusa tem sido feita pelo aterro com a alegação que certos resíduos são passíveis de reciclagem e reaproveitamento.
- Diante desse cenário, o Município "X" precisa de um plano de ação, com orientações e procedimentos para enfrentar os problemas no gerenciamento dos resíduos sólidos.
- Uma alternativa para os resíduos que podem ser reciclados.
- Medidas para conscientizar a população do Município.

- Lei 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos.
- Elaboração de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos.
- Analise do plano municipal → diagnóstico da situação dos resíduos sólidos gerados no Município; os procedimentos operacionais e especificações mínimas para os serviços públicos; a definição dos instrumentos aplicáveis, ex. coleta seletiva.
 - Moradores deverão acondicionar de forma adequada e diferenciada os resíduos sólidos gerados e disponibilizar adequadamente os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis para coleta ou devolução.
 - Implantação de programas de educação ambiental, que poderão ser implantados nas escolas sob responsabilidade do Município e nas empresas, por meio de parcerias.
 - Reduzir resíduos com a instituição da logística reversa.

- Logística reversa Todos os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes
 de produtos como agrotóxicos, embalagens perigosas, pneus, pilhas, baterias, produtos
 eletroeletrônicos e outros deverão, após a entrega desses produtos pelo consumidor,
 conferir a destinação final ambientalmente adequada, fomentando a reciclagem, de
 forma a minimizar a geração de resíduos sólidos.
 - Conjunto de medidas, por meio da adoção de uma política municipal de gerenciamento de resíduos sólidos que contemple a coleta seletiva, a logística reversa e a educação ambiental, o município "X" poderá reduzir os problemas ambientais.